

DIVERSIDADE DE GÊNERO E SEXUAL NO ESPAÇO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO NO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA- CÂMPUS SÃO VICENTE DO SUL

Autora: Letícia Mossate Jobim(1); Co-autor: Vitor Angelo Villar Barreto (2); Co-autora: Liliana Souza de Oliveira (3)

¹*Professora de Arte do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e coordenadora das Ações Inclusivas do IFFAR- Câmpus São Vicente do Sul- Mestra em Educação/UFSM; Especialista em Gestão Educacional/UFSM Email: leticia.jobim@iffarroupilha.edu.br*

²*Professor de Sociologia do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico presidente do NEABI (Núcleo de Estudos Afro Brasileiros e Indígenas) do IFFAR- Câmpus São Vicente do Sul- Mestre em Geografia/UFRGS Email: vitor.barreto@iffarroupilha.edu.br*

³*Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico presidente do NUGEDIS (Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual) do IFFAR- Câmpus São Vicente do Sul- Professora de Filosofia do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico Instituto Federal Farroupilha- Campus São Vicente do Sul- Mestre em Filosofia/UFSM- Doutora em Educação/UFSM Email: liliana.oliveira@iffarroupilha.edu.br*

Resumo

As discussões sobre as questões de gênero e sexualidade vêm ganhando cada vez mais espaço e produzindo intensos debates a partir de grupos organizados, lideranças políticas e religiosas, impactando diretamente no sistema escolar público. Neste sentido muitos desafios estão sendo lançados à escola pública, ocasionado dentre outros fatores, pelo empoderamento destes sujeitos até então invisibilizados. Preocupados com o acolhimento e a permanência deste público, o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS) do câmpus São Vicente do Sul criou este projeto de pesquisa, a fim de avaliar como os estudantes que não correspondem ao padrão heteronormativo estão sendo acolhidos e se estão sendo respeitados nas suas diferenças. Estes alunos são entrevistados individualmente e cada entrevista é gravada e transcrita para análise posterior. A partir das falas foram elencadas três categorias para análise: as relações institucionais, o preconceito e o discurso de gênero. Os resultados vêm auxiliando na compreensão do que a instituição está protagonizando e produzindo em relação às questões de gênero e sexualidade, apontando as deficiências que necessitam ser melhoradas, bem como evidenciando os aspectos positivos e negativos nas relações pedagógicas institucionais.

Palavras-chave: discurso de gênero; relações institucionais; preconceito

Introdução

O IFFAR- campus São Vicente do Sul (fundado em 1954) foi por muito tempo um local cuja presença masculina era quase que majoritária. Pouco se falava ou se sabia sobre a existência de sujeitos homossexuais, e se estes existiam, era de uma forma bastante discreta e velada. Como passar dos anos, a presença feminina foi aumentando gradativamente, bem como os alunos e alunas com diferentes orientações sexuais.

O aumento das minorias de gênero e sexuais em nosso campus certamente foi um reflexo das transformações na sociedade como um todo. Aqueles que por muito tempo ocuparam posições desvalorizadas na sociedade passaram a reivindicar e ocupar espaços que por muito tempo não lhes eram permitidos, embora sendo um direito. Neste sentido, a escola transformou-se num local importante de lutas, disputas e de visibilidade para estes sujeitos. Reconhecê-los e acolhê-los, aprender a lidar e negociar com as diferenças, problematizar e desestabilizar questões de gênero, étnicas e de classes tornou-se um grande desafio às escolas, que necessitam urgentemente repensar suas políticas, seus valores e ações a fim de garantir a todos e todas, bem estar e permanência.

Mas, para que isso seja garantido efetivamente a escola precisa primeiramente reconhecer que as práticas educativas estão atravessadas por uma lógica invariável de modelos comportamentais masculinos e femininos, que apontam lugares e posições fixas e naturalizadas para cada um. A partir disso, buscar detectar as fragilidades referentes às questões de gênero e sexualidade existentes, e problematizar sobre o que está sendo proposto e constituído em termos de sujeitos masculinos e femininos. Muito provavelmente o sujeito heterossexual poderá estar ocupando uma centralidade em detrimento aos demais.

É neste sentido que o NUGEDIS vem realizando diversas ações de combate ao preconceito de gênero e sexual. Dentre elas, projetos de pesquisa como este, cujo propósito é de dar voz aos indivíduos que diferem da norma heterossexual, e que estão inseridos num ambiente educacional que, por muito tempo teve uma presença quase que majoritariamente masculina. Buscar compreender suas interações e experiências positivas e/ou negativas, a existência (ou não) de dificuldades ou possíveis enfrentamentos; As interpretações pessoais de acontecimentos e fatos cotidianos, bem como as vivências compartilhadas no ambiente educativo; Refletir e dar significado aos relatos através da voz dos próprios protagonistas, percebendo como cada um singulariza suas experiências no contexto em foco.

Acreditamos que se a escola propiciar abertura para ouvir estes sujeitos, possivelmente encontrará meios de promover efetivamente, uma educação pautada por princípios de equidade de gênero e de orientação sexual sem correr o risco de condenar ‘os diferentes da norma’, à zonas de exclusão.

Objetivos

- Possibilitar a permanência e êxito de todos os estudantes que são vulnerabilizados pelo preconceito e discriminação no ambiente educacional.
- Avaliar o que a instituição está protagonizando e produzindo em relação às questões de gênero e sexualidade;
- Tornar o espaço institucional acolhedor e de respeito às diferenças.

Desenvolvimento

Entendemos o conhecimento como algo cultural, resultado de um processo social de criação e interpretação das práticas e discursos que nos permite ver e pensar sob outras perspectivas, diferentes circunstâncias e contextos. Portanto, ouvir os estudantes não heterossexuais faz com que pensemos sobre estes sujeitos de uma forma mais interconectada e articulada com a realidade social e histórica.

Antes de pensar sobre estas questões é importante colocarmos a forma que alguns conceitos foram tratados na pesquisa.

Gênero- A partir de uma abordagem pós-estruturalista, gênero e sexualidade são entendidos como um construto sociocultural e linguístico, produto e efeito das relações de poder. Engloba todas as formas de construção social, cultural e linguística e privilegia o exame dos processos de construções dessas distinções-biológicas, comportamentais ou psíquicas- percebidas entre homens e mulheres (LOURO; FELIPE; GOELLNER, 2013).

O conceito de gênero foi criado em 1970 a fim de distinguir a dimensão biológica do social. Homem e mulher são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos. A maneira de ser homem e mulher é realizada pela cultura. Passa a ser utilizado não só como ferramenta analítica, mas também política.

As primeiras formulações em torno do termo baseavam-se na fixidez biológica e não nas configurações de poder histórica e culturalmente estabelecidas e reiteradas. O sentido político deste conceito adquiriu força na segunda metade dos anos 80, a partir da colaboração de algumas teóricas do feminismo que percebiam a vulnerabilidade dos termos mulher ou mulheres, ao trazerem em seu bojo uma força de legitimação apoiada ao corpo biológico destes sujeitos. Gênero passa então a distinguir a dimensão biológica do social entendendo que homem e mulher são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos.

Conforme explica Colling e Tedeschi (2015) apesar das diferentes inflexões nas teorizações sobre gênero¹ havia o consenso entre autores e autoras que gênero e poder estariam no centro da hierarquização social, determinando papéis por eles questionados.

Segundo Seffner e Figluzzi (2011), ninguém nasce com gênero, sexualidade ou ideais de corpo definidos. As disposições de gênero e sexualidade são aprendidas, assim como os ideais de corpo. As diferenças são historicamente constituídas e dependentes de uma situação ou de momentos particulares. A maneira de ser homem e mulher é realizada pela cultura.

Embora tenha surgido entre consensos e discordâncias, o conceito de gênero mostra-se muito útil como categoria de análise por ser um conceito fluído e maleável, permitindo um melhor entendimento sobre a representação das relações sociais que atravessam o tempo e chegam a realidade.

Outros conceitos que também diferenciam-se é o de **sexo biológico**- é o que distingue machos e fêmeas pelos órgãos genitais e características fisiológicas; **orientação sexual**- é a capacidade que cada pessoa ter uma atração emocional/afetiva/sexual por indivíduos de gêneros diferentes, do mesmo gênero ou mais de um gênero. Segundo Colling e Tedeschi (2015, p.363) “*existe uma variedade de inserção de pessoas no que se refere a entender e vivenciar suas sexualidades, sem que haja obrigação de se definir, diferenciar e mesmo assumir uma identidade sexual*”.

Sexualidade trata-se de uma elaboração cultural sobre os prazeres, sensações, condutas, desejos, ideais, experiências, que são configurados de modos diversos em diferentes contextos e períodos históricos. É um conceito dinâmico sujeito a diversos usos e interpretações, sujeito a disputas e debates políticos.

Tratando-se mais especificamente da representação sobre a sexualidade, sabemos que diversas formas de ser mulher e homem são encontradas na história das sociedades, nos diferentes grupos étnicos e segmentos sociais. Todavia, apesar da existência de práticas sexuais diferenciadas em

¹Em 1986 Joan Scott elaborou a reflexão sobre gênero como categoria de análise, tratando-o como um primeiro modo de dar significado as relações de poder, dentro de uma disputa que é política. Para Butler ele seria um meio discursivo, um conjunto de atos reiterados no sentido de regular a sexualidade, seguindo padrões heterossexuais construídos para simularem uma aparência da natureza. De Laurentis(1994) situa o gênero no centro da crítica da representação, sendo sua construção produto e processo da representação. Já para Laqueur (1982) o sexo seria situacional e explicável “apenas dentro do contexto de luta sobre gênero e poder”, sendo ele próprio constituído pelo gênero. (COLLING e TEDESCHI, 2015, p.303-306)

sociedades e cultura o discurso² que predomina nos relatos da História oficial, nos textos literários bem como nos ‘modelos’ familiares padronizados é o do sujeito heterossexual.

Ana Maria Colling e Tedeschi (2015), propicia-nos a compreensão de outros dois conceitos, que apesar das proximidades existentes entre eles, não são sinônimos:

Heterossexualidade compulsória: Quando se considera que a única forma normal de vivência da sexualidade é ao sujeito heterossexual. Ao tentarmos identificar uma pessoa homossexual, colocamos a heterossexualidade como padrão, do qual alguns indivíduos se desviam.

Heteronormatividade: Relaciona-se com a forma de organização da vida da pessoa, ou seja, mesmo o sujeito não tendo práticas sexuais heterossexuais, eles devem organizar suas vidas conforme o modelo heterossexual. Tendo a heterossexualidade como modelo, precisam manter uma linearidade entre sexo e gênero. Se possuir uma genitália masculina, deverá se comportar como tal (másculo, macho), se possui uma genitália feminina deverá ser feminina e delicada. Embora o sujeito sendo homossexual, deverá organizar sua vida fazendo tudo que um heterossexual faz.

Enquanto a heterossexualidade compulsória se sustenta na crença de que a heterossexualidade é um padrão da natureza, a heteronormatividade advoga que ter um pênis significa ser obrigatoriamente másculo, isto é, o gênero faz parte ou depende da natureza.[...] Na perspectiva da heteronormatividade, é preciso que a erotização (não heterossexual) seja invisibilizada, isto é, dois homens podem aparecer como parceiros, mas esse vínculo não pode ser erotizado/sexualizado (COLLING; TEDESCHI, 2015, p.357).

A **homossexualidade** está diretamente ligada ao objeto de desejo. E para que possamos entender como a homossexualidade foi construída é preciso voltar ao passado e sobre os mecanismos de poder que se inauguram a partir daí, trazendo discursos inesgotáveis e corretivos, tais como a medicina e a educação.

No século XIX, as sexualidades que fugiam do formato cristão de um casamento monogâmico e de um modelo heterossexual, passam a ser classificadas como ‘anormal’, caracterizada como distúrbios sexuais e como um problema a ser tratado. Este sujeito passa a ser visto como um sujeito possuidor de uma natureza singular, no qual vão sendo produzidos discursos, tanto discursos médicos quanto cristãos (COLLING; TEDESCHI, 2015).

Conforme Colling e Tedeschi (2015), para os gregos a preocupação moral estava relacionada à entrega do prazer e não ao objeto de desejo pouco importava. Não havia uma distinção entre o

² O termo discurso “refere-se tanto à produção de conhecimento através da linguagem e da representação quanto ao modo como o conhecimento é institucionalizado, modelando práticas sociais e pondo novas práticas em funcionamento” (HALL, 1997, p. 27).

amor homossexual ou heterossexual, o prazer tanto com homens quanto com rapazes era igualmente possível em um homem, não resultando em nenhuma classificação, tampouco condenação por isso: “*outra forma de orientação era livre, permitida pelas leis e opiniões, encontrando suporte nas instituições, como por exemplo, as militares, as pedagógicas e até mesmo vivenciadas em ritos e festas religiosas*” (COLLING; TEDESCHI, 2015, p. 360).

No decorrer da história a preocupação com a sexualidade deixa de estar situada nos cuidados com o controle de prazer, centralizando-se então no objeto de prazer. A partir daí a natureza do indivíduo passa a ser demarcada e classificada. Seu tipo de desejo passa então a ser investido de valores, imposições, normas, cuidados e proibições. Aos poucos, ao campo da sexualidade vai sendo instituída uma prática de vigilância, organizando-se agora pelo domínio do pensamento, buscando entender e classificar os movimentos do desejo. Aos poucos vai sendo atribuída aos homossexuais uma identidade homogênea, com características comuns. A medicina, a ciência e a religião apoiavam-se, complementavam-se e fortaleciam-se mutuamente na legitimação dos discursos sobre os homossexuais. Forneciam uma visão única e homogeneizadora, desconsiderando quaisquer variações possíveis no interior dessa categoria (COLLING; TEDESCHI, 2015).

Discurso- O termo discurso “*refere-se tanto à produção de conhecimento através da linguagem e da representação quanto ao modo como o conhecimento é institucionalizado, modelando práticas sociais e pondo novas práticas em funcionamento*” (HALL, 1997, p. 27). Trata-se de um mecanismo autônomo que ao funcionar no interior de um dispositivo constitui tanto o representado e o expresso, quanto o sujeito mesmo capaz de representação ou expressão.

Larrosa (1994) argumenta que o discurso possui regras, lógicas e determinações próprias, faz ver, solidifica ou dilui o visível, concentra-o ou o dispersa. Pode operar constituindo ou modificando tanto o sujeito quanto o objeto da enunciação (o que é dito). Analisar os discursos é dar conta das relações históricas e das práticas concretas que estão vivas em si.

MATERIAIS E MÉTODOS

Foram realizadas até o momento 10 entrevistas semiestruturadas com estudantes declarados não heterossexuais. De acordo com o direcionamento de suas falas as perguntas se alteravam, de modo que, as questões serviram como um fio condutor, com um caráter aberto e flexível. A partir de suas narrativas, passamos a analisar os discursos, considerando que analisar o discurso não é simplesmente a ação do falar, o ato de narrar sobre algo, mas é todo o conjunto de enunciados que

possibilitam que as práticas sociais sejam produzidas; é dar conta das relações históricas e das práticas concretas que estão vivas em si.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os dados coletados até o momento já nos permitem algumas reflexões sobre as categorias elencadas.

- Discurso de gênero

Segundo Seffner e Figluzzi (2011), ninguém nasce com gênero, sexualidade ou ideais de corpo definidos. As disposições de gênero e sexualidade são aprendidas, assim como os ideais de corpo. Os desejos que sentimos também são fruto de aprendizagens, seja na forma de estímulo, repressão, de disciplinamento enfim. Através dos trechos das narrativas transcritas a seguir, observamos, que os entrevistados posicionam-se em diferentes discursos de gênero, apresentando uma infinidade de formas de ser homem, mulher, ou nenhum dos dois.

- *"Eu me sinto meio fora do papel dito de mulher. Tem que fazer um monte de coisinha. Eu sempre fui mais para o lado do meu pai, de fazer o que ele faz".*

- *"Desde pequena eu já tinha uma noção, mas me definir foi um pouco difícil. [...]. Nunca ninguém tinha me dito que eu tinha a possibilidade de ser assim, eu só tinha uma possibilidade e me sentia fora dela".*

- *"Eu não me sinto como uma mulher, e nem como um homem. Sou apenas eu".*

- *"Desde meus onze anos, eu já percebi que para mim o que importava mesmo não era homem ou mulher, mas sim, a atenção que eu recebia das pessoas, do ser humano em questão, não de um homem que a sociedade permite, ou de uma mulher que a sociedade não permite, eu queria alguém que me desse a atenção que eu precisava".*

No trecho a seguir percebemos que os próprios sujeitos da pesquisa são produzidos pelo conceito de gênero que se reduz a atividades, papéis e funções de masculino e feminino.

- *"Desde pequeno eu me interessava mais por brincadeiras de meninas. No colégio me mandavam jogar futebol ou praticar outro esporte e eu detestava. Incentivaram-me a participar dos grupos de dança e eu até tentei para, quem sabe, me tornar um menino. Mas eu sempre notei que o que eu*

preferia fazer era brincar com as meninas e ter uma vida de criança com brincadeiras de boneca e outros tipos de brincadeira que chamavam mais a atenção das meninas como vestir, costurar ou pegar as coisas e fazer vestidos".

Assim como Simone de Beauvoir (2016) enfatiza que não se nasce mulher, o mesmo pode ser dito para os homens. Neste sentido a importância de problematizarmos inclusive entre os pesquisados, as representações e tudo o que se construiu socialmente e culturalmente sobre os sexos nos constituindo enquanto sujeitos de gênero.

- Relações institucionais

Percebemos que o IFFAR- SVS vem se tornando um lugar onde muitos estudantes estão encontrando acolhimento e propiciando um melhor entendimento para sua sexualidade. A maioria sente-se como maior liberdade em demonstrar sua afetividade, assumir ou não assumir sua sexualidade.

"O IFF ajudou bastante, porque tinham pessoas aqui que eram assim também".

"Na chegada eu fui super bem recebida. Eu nunca escondi, as pessoas me perguntavam e eu respondia que era bissexual".

"O Instituto me ajudou muito, me ajudou muito porque aqui nem se compara a escola que eu estudava. Aqui a gente é muito mais livre, porque eu e minha namorada só fomos nos assumir de verdade ano passado, quando a gente se juntou com um grupinho de amigos e eles nos deram a coragem necessária para se assumir de verdade".

"Aqui no IFF parece que tudo é mais família, acho que é por isso que eu me senti bem aqui, porque aqui é tudo mais família. Em outra escola qualquer, tanto os professores, como os alunos não tem essa abertura e também a estrutura que o IFF nos oferece".

Estas falas propiciam-nos pensar sobre a importância da instituição na mediação e na construção de identidades sexuais e de gênero, podendo esta, libertar, disciplinar ou reprimir determinados comportamentos.

- Preconceito

Apesar dos avanços institucionais em relação ao respeito à diversidade sexual, ainda aparecem algumas posturas preconceituosas por parte de alguns servidores e estudantes. Posturas

estas, que necessitam ser visibilizadas, para que possam ser combatidas. Sabemos que o preconceito possui causas históricas e culturais, tornando-se quase sempre banalizado e naturalizado nas práticas cotidianas, por já estar enraizado social e culturalmente. Ele aparece de forma inconsciente, em gestos algumas vezes ocasionais, em piadas e brincadeiras entre amigos, em ações veladas, mas também de formas mais explícitas, intolerantes e agressivas.

- "Um dia uma servidora me chamou na sala dela e me disse que eu não poderia andar com uma menina porque as pessoas não estavam acostumadas com isso".

- "Os casais hetero andam livremente, ninguém fala nada, já os homoafetivos várias pessoas se incomodam. Eu ouço as conversas de alunos e até mesmo de servidores que comentam que não é certo eles estarem mostrando a sua 'veadisse' na frente dos outros, que ninguém tem a obrigação de ver isso".

- "A cobrança em cima de mim foi sempre maior, porque qualquer coisa que eu fizesse de errado atribuíam isso a minha orientação sexual".

- "Sempre tem aquelas pessoas que evitam um pouco o contato. [...]. Uma vez uma colega minha me chamou de veado".

A partir destes relatos algumas ações voltadas para servidores e estudantes passaram a ser desenvolvidas continuamente, pois sabemos que todos nós somos formados por preconceitos desde que nascemos afinal, foram séculos de produções de gênero pautado por uma norma heterossexual, portanto a desconstrução ou reconstrução um novo discurso será um processo árduo e lento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que fica explícito na pesquisa é que não existe nenhuma verdade absoluta sobre a sexualidade. O que existe são apenas construções historicamente situadas, envolvendo processos ativos de formação dos sujeitos, estabelecendo sentidos de pertencimento com uma determinada representação, posicionando-os em relação à 'verdades' de raça, sexo, gênero, religião, classe, corpo, etc. 'Verdades' estas que conforme a atuação dos dispositivos pode ser produzida em forma de estímulo, repressão ou disciplinamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Vol. 1 e 2. 3ªed. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2016.

COLLING, Ana Maria, TEDESCHI, Losandro Antônio. **Dicionário crítico de gênero**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

HALL, Stuart. **A centralidade da cultura**: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. Educação & Realidade, v.22, n.2, jul/dez, p. 17-46, 1997.

LARROSA, Jorge Bondía. **Tecnologias do eu e educação**. In: Silva, Tomaz Tadeu. O sujeito da educação. Petrópolis: Vozes, 1994, p.35-86.

LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. (org). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 9ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SEFFNER; FIGLIUZZI; Fernando, Andriza. **Na escola e nas revistas**: Reconhecendo pedagogias do gênero, da sexualidade e do corpo. Salvador: 2011.